O SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE BACABAL –MARANHÃO, EM SALA DE AULA

SANTOS**,** Carlos Lima[1]

RU 1405921

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as causas do silenciamento da memória e identidade das comunidades remanescentes de quilombos do Município de Bacabal em sala de aula, bem como que atitudes podem ser tomadas para que este patrimônio venha a ser explorado em sala de aula com o auxílio da metodologia da Educação patrimonial. A relevância deste estudo vem enfatizar a preservação do patrimônio cultural de matrizes africanas ao longo dos anos na região do Município de Bacabal, que é de grande importância histórica e cultural, pois abrange a história nacional e local. Como metodologia adotada para a realização deste trabalho foi realizado um amplo estudo bibliográfico, pois fez-se necessário um olhar como um todo para entender a supressão desse patrimônio no âmbito local. Foram analisados documentos históricos que orientaram a preservação do patrimônio histórico no Brasil ao longo das décadas até os mais recentes avanços legais no que tange o patrimônio cultural imaterial. O patrimônio vivo foi suprimido durante décadas por leis que preservaram apenas o patrimônio material de origem colonial europeia ou de classes dominantes e também pela falta de práticas educativas anos após seu reconhecimento como patrimônio, fator esse que ainda verifica-se na atualidade.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombos. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Preservação.

INTRODUÇÃO

A Educação patrimonial é de extrema importância, uma vez que trata dos bens culturais de maneira ampla sem desprezar a rica diversidade cultural brasileira seja ela material ou imaterial, evitando assim lacunas históricas e por vezes até mesmo o esquecimento de patrimônios vivos, a exemplo das diversas comunidades remanescentes de quilombos no município de Bacabal estado do Maranhão.

---

1 Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 1º - 2019.

Por que o estudo deste patrimônio histórico local é silenciado nas aulas de História? Qual a importância da educação patrimonial no desenvolvimento de atitudes de valorização do patrimônio cultural bacabalense a partir do estudo das comunidades remanescentes quilombolas locais em sala de aula? Que atividades o professor pode utilizar em sala de aula para desenvolver nos estudantes o respeito e a valorização do patrimônio local?

Questões levantadas no decorrer do curso de Licenciatura em História, levaram ao tema pesquisado a Educação Patrimonial.

Durante o estágio no Ensino Fundamental observou-se que o ensino de História do Brasil no que tange a época colonial escravista tem como base apenas as fontes históricas dos grandes centros e locais históricos famosos, deixando de lado o patrimônio histórico da região de Bacabal, que conta com um número expressivo de comunidades remanescentes de quilombolas.

O patrimônio local é pouco explorado em sala de aula, mesmo essas comunidades sendo uma grande fonte de pesquisa e informações. São verdadeiras fontes de conhecimento tanto para as escolas como para a comunidade.

Os objetivos deste trabalho são analisar o silenciamento da memória e identidade das comunidades remanescentes de quilombos de Bacabal-Maranhão em sala de aula. Além de amparar através de pesquisas bibliográficas a importância da Educação Patrimonial para a valorização da cultura local, identificar os principais fatores que contribuem para que o patrimônio histórico local seja silenciado durante as aulas de História e refletir sobre a importância da Educação Patrimonial na preservação da memória e cultura das comunidades remanescentes quilombolas de Bacabal.

O presente trabalho tem como pretensão adotar a pesquisa bibliográfica e qualitativa.

A pesquisa teórica valeu-se da análise bibliográfica, mais especificamente a LDB.9394/96, As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Artigos e demais textos académicos. No primeiro momento aborda-se o viés histórico e legal a respeito da formação das comunidades remanescentes de quilombos no estado do Maranhão e no município de Bacabal, em seguida pesquisa-se os principais fatores que contribuem para que o patrimônio histórico vivo local seja silenciado em sala de aula e finaliza-se com a análise da importância da Educação Patrimonial como forma

de preservar a memória e identidade das comunidades remanescentes de quilombos do município de Bacabal.

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE BACABAL

A história do município de Bacabal iniciou-se no ano de 1876, com a chegada do Coronel Lourenço Vieira da Silva, que veio em busca de terras para desenvolver a agricultura, e funda uma fazenda onde hoje se localiza a praça de Nossa Senhora da Conceição, na fazenda eram cultivados arroz, algodão e mandioca.

O trabalho escravo foi utilizado por 12 anos na fazenda, a localidade pertencia ao território do município de São Luís Gonzaga. Ao longo do século XVIII colonos portugueses povoaram e formaram núcleos agrícolas às margens do rio Mearim, o uso de mão de obra escrava era comum, sabe-se que o processo de abolição da escravatura no Brasil ocorreu de forma gradual. Começou com a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 na qual proibia o tráfico negreiro para o Brasil, seguida pela Lei do Ventre Livre em 1871 que decretava que filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da lei estariam livres, apesar de que tinham que trabalhar na propriedade até os 21 anos, logo em 1885 veio a Lei dos Sexagenários, que concedia a liberdade aos escravos com mais de 65 anos.

Por fim no ano de 1888 foi promulgada pela Princesa Isabel a Lei Áurea que acabou em definitivo com a escravidão no Brasil. No entanto, antes muitos escravos arriscavam suas vidas em busca da liberdade e estes formaram os primeiros quilombos, localidades povoadas por escravos que fugiam das fazendas no período colonial. Segundo os livros de História o período de maior formação dos quilombos foi entre os séculos XVI e XIX.

Na região nordeste do Brasil destacam-se os estados da Bahia com 783 comunidades remanescentes de quilombos e o estado do Maranhão com 754 comunidades respectivamente entre reconhecidas e certificadas. Sendo essas comunidades formadas por escravos oriundos das fazendas e engenhos do período colonial e também fugidos de outros estados.

O município de Bacabal possui em sua área rural de acordo com o levantamento de comunidades quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Social,[2] 21 comunidades remanescentes de quilombos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Comunidades Remanescentes de Quilombos
Do município de Bacabal-MA

UF	IBGE	MUNICIPIO	COMUNIDADE
MA	2101202	BACABAL	ALDEIA DO ONDINO
MA	2101202	BACABAL	ALDEIAS
MA	2101202	BACABAL	ALTO DA TABOCA
MA	2101202	BACABAL	BARRACA DOS PRETOS
MA	2101202	BACABAL	BATE-PE
MA	2101202	BACABAL	BITUIA/MATUCA
MA	2101202	BACABAL	CAMPO REDONDO
MA	2101202	BACABAL	CATUCÁ
MA	2101202	BACABAL	ENGENHO
MA	2101202	BACABAL	ENGENHO
MA	2101202	BACABAL	GUARACIABA
MA	2101202	BACABAL	LIMEIRA
MA	2101202	BACABAL	MATUCA
MA	2101202	BACABAL	PIRATININGA
MA	2101202	BACABAL	RUA NOVA
MA	2101202	BACABAL	SANTANA DOS CABOCLOS
MA	2101202	BACABAL	SANTO ANTONIO
MA	2101202	BACABAL	SÃO BENTO
MA	2101202	BACABAL	SÃO SEBASTIÃO DOS PRETOS
MA	2101202	BACABAL	SECO DAS MULATAS
MA	2101202	BACABAL	VILA NOVA SANTA DOS PRETOS

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil, 2018.

[2] O Ministério do Desenvolvimento Social teve seu nome alterado para Ministério da Cidadania em Janeiro de 2019, mantendo as mesmas atribuições legais.

Dentre essas 21 comunidades o povoado Piratininga foi um dos primeiros do Município de Bacabal a ser reconhecido e certificado, localizando-se distante aproximadamente 18km da sede do Município de Bacabal.

De acordo com Santos *et al*. (2010) a história do povoado iniciou-se a cerca de 350 anos segundo relatos de moradores da localidade, a maioria de seus habitantes é de cor negra descendentes de Quilombolas.

A comunidade remanescente de quilombola de Piratininga recebeu no ano de 1998 a certidão de reconhecimento de remanescente de quilombo, assim como Catucá em 2005, Campo Redondo e Guaraciaba em 2006 e por fim São Sebastião dos Pretos no ano de 2013.

Vale ressaltar que as demais comunidades são reconhecidas e que há também certificações a nível estadual, porém todas as 21 são reconhecidas pela União, conforme a Constituição Federal (Brasil,1988) “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

O reconhecimento dessas comunidades passa por uma série de procedimentos, o primeiro passo é obter na Fundação Palmares, organização ligada ao Ministério da Cultura[3], uma certificação na qual a comunidade se autodefine como quilombola. Após receber essa certificação é aberto um processo no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o título de propriedade é de grande importância para a preservação da cultura e modos e vidas nas comunidades.

As etapas seguintes a certificação são a elaboração do relatório técnico, composto de estudo de levantamento antropológico, levantamento fundiário, memorial descritivo e cadastramento das famílias quilombolas.

Portanto o município de Bacabal possui um vasto campo a ser explorado por pesquisadores, professores e pela própria comunidade no que diz respeito a resquícios da cultura africana e seus descendentes que vivem nas comunidades remanescentes de quilombos que se localizam na zona rural do município.

Porém observa-se que esse vasto patrimônio é por vezes esquecido no que tange a área da educação, observa-se poucas ações voltadas para o uso desse patrimônio cultural vivo.

[3] O Ministério da Cultura foi extinto em janeiro de 2019, tendo suas atribuições transferidas ao recém criado Ministério da Cidadania.

O SILENCIAMENTO DA IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Segundo Maltêz *et al* (2010, p.41) na década de 1920 o movimento modernista buscava construir uma identidade artística e cultural para o país e não somente salvar o acervo histórico ameaçado de destruição. Eles foram responsáveis por definir e elaborar a primeira legislação cultural nacional, o primeiro projeto de preservação do patrimônio foi elaborado por Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema (ministro da educação, no período de 1934 a 1945).

Percebe-se que antes da década de 1920 não haviam leis que amparassem o patrimônio cultural em todas as suas expressões, principalmente no que diz respeito a cultura nacional e sua identidade.

No entanto o projeto de expandir a preservação cultural aos bens imateriais não foi implantado e manteve-se o caráter elitista, pois relacionava-se a ideia de preservação a um padrão de patrimônio, levando em conta somente elementos artísticos convencionalmente selecionados e identificados como “bens históricos e importantes” (MALTEZ *et al*, 2010, p.42).

Portanto as diferenças e a pluralidade étnico-cultural da formação histórica do Brasil eram excluídas da legislação vigente neste período.

De acordo com a Constituição de 1934 e a Carta do Estado Novo, de 1937:

> III- proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;
> [...] (Brasil,1934)
>
> Art.134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pelas natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais na Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (Brasil,1937)

Dessa forma o patrimônio histórico material foi foco nos primeiros anos da república, reforçando-se nos anos seguintes como na Constituição de 1946: (Brasil,1946) “Art.175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficam sob a proteção do Poder Público.”

Neste contexto legal ao longo dos anos observou-se políticas de preservação voltadas somente ao patrimônio cultural material sejam eles edifícios ou paisagens.

Contudo na década de 1980, o historiador francês Pierre Nora, ao refletir sobre as relações entre a memória e a História, criou a expressão lugares de memória.

A década de 1980 foi marcada no Brasil por uma alteração, que foi o marco fundamental na nova política pública de proteção ao patrimônio nacional acompanhando os movimentos internacionais, onde muitos países já possuíam leis que preservavam seu patrimônio como um todo, sem excluir grupos ou ideologias.

O país vivenciou a experiência de redemocratização, então era preciso uma nova legislação que viabilizasse uma maior participação da sociedade.

No que diz respeito ao patrimônio, a CF/1988 estabeleceu marcos legais que finalmente reconheciam como patrimônio, também os bens imateriais.

No que tange as comunidades remanescentes de quilombos o Artigo 216. No parágrafo 5º (Brasil,1988) “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

De acordo com Arenz (2018, p.56) sete anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em 1995 a comunidade de Boa Vista no Alto Trombetas, nas proximidades da Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná, estado do Pará, foi o primeiro quilombo brasileiro a ser reconhecido conforme a determinava o artigo 68 da Constituição Federal.

Da mesma forma no município de Bacabal o povoado Piratininga foi reconhecido no ano de 1998, dessa forma garantindo a preservação desse patrimônio como a de outras comunidades remanescentes de quilombos existentes no município. Observa-se então que esse patrimônio foi esquecido e esse esquecimento foi amparado pelas leis e por consequência os livros didáticos reproduziram essa realidade, dando foco apenas a alguns locais famosos historicamente.

Outro fator que contribui para este silenciamento é a formação dos professores, uma vez que muitos não tiveram acesso a conteúdo que aborde o patrimônio em toda sua diversidade. De acordo Teixeira (2008), a disciplina Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil durante o 1º seminário sobre o tema realizado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro no ano de 1983, com base em um trabalho educacional desenvolvido na Inglaterra. No entanto ao tentar se desenvolver no Brasil essa proposta foi aperfeiçoando-se ao contexto de cada localidade, uma vez que a classificação do patrimônio é bastante diversa.

Dessa forma professores com formação anterior a introdução dessa importante disciplina no curso de licenciatura em História podem limitar-se a metodologias

tradicionais, como o olhar voltado apenas ao livro didático, uma vez que muitos não buscam atualização e capacitação devido a duras rotinas de trabalho escolar, vale ressaltar que a presença da disciplina Educação Patrimonial no currículo universitário pode variar de uma instituição a outra.

No entanto os Parâmetros Curriculares Nacionais de História para o ensino fundamental de 1998 orientam que “é tarefa do professor criar situações de ensino para que os alunos estabeleçam relação entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses de grupos e as articulações sociais.”

Contudo as secretarias estaduais e municipais de educação juntas poderiam criar uma série de atividades voltadas a divulgação do patrimônio vivo local, promovendo assim um olhar crítico sobre a história e a memória, tendo como referência os significados culturais e políticos da preservação do patrimônio.

A LDBEN[4] em seu artigo 26 parágrafo 4º afirma que “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.”

No entanto observa-se ainda nos dias atuais um apreço aos bens históricos matérias e culturais de origem europeia os quais pertenciam as classes sociais mais altas, dessa forma relegando a diversidade cultural e étnica.

Vale ressaltar que a Lei Orgânica do Município de Bacabal promulgada em 13 de março de 1990, no seu artigo 201 parágrafo 1º determina que “Ficam tombados todos os documentos, móveis e imóveis e outros bens detentores de reminiscências históricas no Município de Bacabal.”

E no que refere-se a educação a Lei Orgânica do Município de Bacabal (1990) “Art.162- Os conteúdos para o ensino fundamental, visando a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos regionais, atenderão aos aspectos sociais, históricos e geoeconômicos do Município”.

Observa-se que há um conjunto de leis no âmbito federal e municipal, mas com um olhar atento percebe-se que são semelhantes, embora essa semelhança viesse a reforçar atitudes de preservação do patrimônio cultural como um todo, acabam que por vezes ficando apenas na teoria.

[4] LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, neste trabalho também poderá ser identificada apenas como LDB.

Os livros didáticos mais recentes orientam em seus textos os diversos tipos de atividades que o professor pode realizar com temas que abordem a cultura levando-se em conta a realidade de cada localidade, o que implica-se em ter recursos disponíveis para que algumas dessas atividades sejam realizadas. A falta de recursos sejam eles físicos, tecnológicos ou até financeiros infelizmente vem a contribuir fortemente com que muitas atividades não sejam realizadas, essa realidade observa-se tanto a nível local como nacional.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO VIVO

A Educação patrimonial consiste numa metodologia que tem como ponto de partida o patrimônio cultural em todas as suas manifestações.

Deste modo o docente pode ir além do livro didático, e buscar o exploração do patrimônio local, em especial o "patrimônio vivo". Nesse sentido, a CRFB[5] de 1988 afirma:

> Constitui Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 216, seção II).

Dessa forma a Educação Patrimonial é de grande relevância em sala de aula, principalmente no que se refere a apropriação do patrimônio histórico da comunidade como forma de desenvolver uma identidade local. Como é sabido o estado do Maranhão destaca-se por possuir uma quantidade expressiva de comunidades remanescentes de quilombos, totalizando em dados atuais 742[6] comunidades em áreas rurais, sendo que cerca de 21 encontram-se no município de Bacabal. Faz-se necessário analisar a abordagem em sala de aula sobre a cultura local, no que tange a história e cultura dessas comunidades.

[5] Constituição da República Federativa do Brasil.
[6] Os dados são atualizados a cada mês e divulgados pelo Ministério da Cidadania anualmente ou de acordo com as demandas vigentes de cada região.

Segundo Teixeira (2008, p.203) no ano de 1999 uma equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN[7], sob a coordenação da museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, publicou o Guia básico de Educação Patrimonial o qual traz a proposta de auxiliar na investigação do patrimônio cultural.

Iniciava-se então os primeiros passos da metodologia e suas possíveis aplicações nas áreas de educação e cultura.

É chamado de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações (GRUNNBERG,2007).

Desse modo as comunidades remanescentes de quilombos do município de Bacabal então constituem uma verdadeira fonte de cultura, e seu estudo em sala de aula pode enriquecer a visão de patrimônio do educando.

A Educação Patrimonial é uma metodologia que auxilia no trabalho do docente, para desenvolver-se um estudo com esse patrimônio vivo o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial orienta as seguintes etapas:

- **Observação**
  Nesta etapa usa-se exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
- **Registro**
  Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
- **Exploração**
  Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisassem outros locais (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico interpretando as evidências e significados.
- **Apropriação**
  Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc), provocando nos participantes, uma atuação criativa e valorizando o bem trabalhado. (GRUNNBERG, Evelina. MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Brasília-DF: IPHAN, 2007).

[7] Órgão criado em 30 de novembro 1937 sob a nomenclatura de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.

Neste sentido percebe-se que a Educação Patrimonial nas aulas de História contribui para a formação de indivíduos capazes de conhecer sua própria história, bem como a construção de uma identidade e memória cultural.

Um dos exemplos de estudo do patrimônio local aplica-se através de histórias contadas por moradores dessas comunidades conforme o texto:

> Por volta de 1885 a senhora Cecilia Paiva de Carvalho, viúva do Dr. Teófilo Paiva de Carvalho, chega de Portugal acompanhada de 300 escravos, às terras maranhenses para tomar posse e administrar a fazenda deixada por um tio. Localizada ás margens do rio que hoje recebe o nome de Piratininga, que na língua indígena quer dizer “peixe seco”.
> A sede da fazenda era localizada onde hoje se encontra a Igreja São Lourenço. Tendo a fazenda uma economia diversificada baseada na agricultura do: algodão, milho, feijão, mandioca, fava e da pesca, destacando-se a cultura da cana-de-açúcar. Após três anos de chegada da Dona Cecília na região, ocorreu a abolição da escravatura.
> Sendo Dona Cecília uma mulher justa e solidária, doou a cada um de seus escravos um pedaço de terra, deixando-a registrada no cartório da Vila de São Luís Gonzaga. Segundo relato de alguns moradores apesar de Dona Cecília ser uma mulher muito bondosa ela contava com a ajuda de um feitor que cometia muitas atrocidades contra os negros, entre elas destacaram o caso de um que teve as mãos pregadas ao tronco de uma árvore com pregos, por não ter executado satisfatoriamente a tarefa que lhe foi atribuída. Ao tomar conhecimento dessa crueldade Dona Cecília demitiu o mal feitor.
> Segundo a tradição da época Dona Cecília registrava todos os escravos nascidos em sua propriedade e portanto levavam seu sobrenome Paiva de Carvalho e isso é comprovado nas visitas feitas nos cemitérios locais lendo os nomes contidos nas sepulturas. (SANTOS, Maria Augusta Marinho *et al*. As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga. Monografia apresentada ao curso de História da PUC-RIO. Bacabal-MA, 2010, p. 25-26).

Observa-se no texto uma quantidade expressiva de informações sobre o povoado remanescente de quilombola Piratininga. Informações que auxiliam na compreensão do passado local, dessa forma o educador pode ir além do livro didático e trazer a aula para a realidade dos educandos. Sobre as festas o texto a seguir relata:

> As festas que eram promovidas na fazenda pela proprietária tinham como objetivo o divertimento e predominavam o tambor de crioula como dança, o culto ao Divino Espirito Santos e a São Benedito que é celebrado até hoje com festas por seus devotos na comunidade, uma imagem que fazia parte dessas celebrações e ainda encontra-se na comunidade é considerada um patrimônio do povoado. (SANTOS, Maria Augusta Marinho *et al*. As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga. Monografia apresentada ao curso de História da PUC-RIO. Bacabal-Ma, 2010, p. 26).

Através do estudo bibliográfico pode-se encontrar informações de hábitos e costumes, muitos preservados até os dias de hoje, como é destacado na citação acima, acrescenta-se a riqueza desse patrimônio suas lendas onde são retratadas:

> [...] Entre as lendas contadas pelos moradores em nossas visitas, destacamos a do menino que foi trocado por seus pais por um prato de comida em um quiosque na beira da estrada e assim o menino ficou conhecido como sete mil réis, valor correspondente ao preço das terras negociadas na época. (SANTOS, Maria Augusta Marinho *et al*. As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga. Monografia apresentada ao curso de História da PUC-RIO. Bacabal-Ma, 2010, p. 26).

O estudo de lendas, tradições e costumes locais é de grande importância, a Educação Patrimonial auxilia neste processo de compreender e compartilhar esse conhecimento através de sua exploração e apropriação. Conforme a Lei nº 10.639 de março de 2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, com a finalidade de resgatar historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

> [...] O povoado resistiu e reivindicou o direito de posse de terra. A luta dos moradores pela terra veio se concretizar no ano de 1986, o INCRA fez o levantamento da área e constatou que era de aproximadamente 4.600 há. No processo de desapropriação da terra o INCRA estava previsto, casa de farinha, 40 cacimbão, 05 açudes, casas de alvenaria etc. (SANTOS, Maria Augusta Marinho *et al*. As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga. Monografia apresentada ao curso de História da PUC-RIO. Bacabal-Ma, 2010, p.26).

Segundo o texto observa-se a formação da história do Brasil e a luta de trabalhadores rurais pela posse de suas terras. Sendo estes responsáveis anos mais tarde pelo reconhecimento e certificação do primeiro povoado remanescente de quilombo do município de Bacabal, junto aos órgãos responsáveis.

Neste sentido pode obter-se através do estudo de documentos como artigos e trabalhos acadêmicos, informações que demonstram as recentes lutas e conquistas dos descendentes dos antigos quilombolas por seus direitos as terras, bem como analisar-se os avanços ocorridos aos longos dos anos.

A comunidade remanescente de quilombo do Piratininga é somente uma entre as 21 comunidades que o município de Bacabal possui em sua zona rural, sendo que a comunidade do Piratininga destaca-se por sua proximidade da sede do município e

possui uma riqueza histórica como as citadas acima. Entre as várias atividades que podem ser realizadas nessas comunidades destacam-se:

- Visitas guiadas (Estudo do meio)
- Pesquisas bibliográficas.
- Criação de vídeos e documentários usando mídias móveis (celular, tablet etc.)
- Valorização da História oral, depoimentos de moradores.

Vale ressaltar que muitas atividades demandam o uso de equipamentos e recursos financeiros os quais nem todas as escolar contam com esses recursos.

Histórias, lendas e festas encontram-se disponíveis para o fomento do estudo da preservação da cultura local no município de Bacabal. Conforme a LDB:

> Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB, art. 26º).

Conforme o artigo 26 da LDB, a aplicabilidade de um currículo diversificado de acordo com as características de cada região, valorizando assim a diversidades local e portanto valorizando a história de todos os atores envolvidos no processo de construção do país do patrimônio cultural brasileiro.

A metodologia da Educação Patrimonial reforça-se com os Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino de História do ensino fundamental, dentre elas destaca-se o estudo do meio, que em relação as comunidades remanescentes de quilombos mostram-se adequadas para este tipo de estudo.

> Em um estudo de meio, o estudante não se depara com os conteúdos históricos na forma de enunciados ou já classificados a partir de conceitos. Ao contrário é uma atividade didática que permite aos alunos estabelecerem relações ativas e interpretativas relacionadas diretamente com a produção de novos conhecimentos, envolvendo pesquisas com documentos localizados em contextos vivos e dinâmicos da realidade. Nesse sentido, os alunos se deparam como o todo cultural, o presente e o passado, o particular e o geral, a diversidade e a generalização, as contradições e o que pode estabelecer de comum no diferente. Ou seja, dos indícios da arquitetura de uma, duas, três casas, ele pode construir seus próprios enunciados para caracterizar o estilo da habitação da época. Dos ornamentos observados nas igrejas e nos detalhes das obras de arte, ele pode remodelar e conferir os conhecimentos que já domina sobre o assunto, aceitando variações em vez de manifestações genéricas. E conversando com moradores que vivem e preservam o patrimônio histórico pode incorporar em conjunto novo de representações.

> (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília,1998).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o estudo de meio permite que o aluno estabeleça uma relação ativa com o meio histórico, uma vez que que torna-se um sujeito ativo no processo de aprendizado e pode relaciona-se de maneira mais crítica ao abordar a dinâmica entre o presente e o passado no que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos, observa-se as mudanças ocorridas desde o período de sua criação até as suas conquistas nos contemporâneas.

A Lei 10.639/03 determinou as novas diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Dessa forma os professores são agentes de transformação em sala de aula, e devem ressaltar a cultura afro-brasileira como parte importante na formação da cultura nacional, valorizando e promovendo atividades que estimulem o conhecimento e preservação da memória dos povos descendentes de povos escravizados.

A mesma lei determinou a data do dia 20 de novembro no calendário escolar como “Dia Nacional da Consciência Negra” data na qual as escolas de todos os estados brasileiros realizam atividades voltadas a resgatar a cultura afro-brasileira, e que deveria servir como oportunidade de lançar-se um olhar sobre a história, memória e identidade das comunidades remanescentes de quilombos nos municípios que possuem em seus território, como é o caso do Município de Bacabal.

No entanto o incentivo de atividades voltadas para o estudo do patrimônio de matrizes africanas deveriam tem um foco maior, o que observa-se que ocorrem com maior frequência no mês de novembro, devido a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico e qualitativo a respeito dos fatores que contribuíram para o silenciamento da identidade e memória das comunidades remanescentes de quilombos do Município de Bacabal.

A pesquisa foi realizada inicialmente com base nos aspectos históricos legais envolvendo a cultura material e imaterial (patrimônio vivo) e seu tratamento no Brasil

ao longo dos anos. Analisaram-se os amparos legais desde as décadas de 1920 na qual destacou-se o movimento modernista de 1922, o qual buscava uma identidade nacional do que diz respeito a cultura. Bem como as décadas 1930 e 1940, e como tiveram impacto no que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio nacional como um todo, dando ênfase a questão das comunidades remanescentes dos antigos quilombos.

Os principais conceitos analisados foram os aspectos legais no que fiz respeito a políticas públicas de preservação e reconhecimento desse patrimônio lançando-se um olhar no âmbito educacional. Analisaram-se artigos e demais documentos acadêmicos que tratam do tema no contexto nacional e local, abordando-se desde o surgimento dessas comunidades e os processos de reconhecimento.

Os principais autores que contribuíram para o estudo foram a LDB,9394/96, As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988, As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga e documentos oficiais de cunho Federal e Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos concluir que o silenciamento da memória e identidade das comunidades remanescentes de quilombos do Município de Bacabal em sala de aula deve-se há um conjunto de fatores históricos e de viés legal que ocorreram no Brasil ao longo da história do país, os quais privilegiavam as heranças europeias ou de personagens ligados ao poder. Refletindo-se no país como um todo ao longo dos tempos uma vez que boa parte das leis eram meramente copiadas seguindo o padrão determinado pela elite política dominante.

Foi observado que durante muito tempo a população negra que formaram as comunidades quilombolas, assim como seus descendentes foram excluídos dos projetos iniciais de preservação, tanto no que diz respeito ao patrimônio material como imaterial, viveram de certa forma na clandestinidade e tiveram o direito ao reconhecimento de suas terras e sua contribuição para a cultura nacional reconhecidos há poucas décadas.

Através da leitura de documentos e artigos percebe-se que essa supressão da cultura dos antigos quilombolas ocorreu por décadas após a abolição da escravatura, e esse tratamento começou a alterar-se em meados dos anos de 1980 com a elaboração da constituição cidadã de 1988, documento que serviu no Brasil de base para avanços nas áreas da educação e cultura, ampliando assim as possibilidades de estudos.

Portanto é de fundamental importância o estimulo de novos estudos que busquem analisar a história e contribuição dos remanescentes de quilombos e sua contribuição para a cultura do Brasil como um todo, bem como mais ações educativas durante o ano letivo.

Vale ressaltar que boa parte dessas comunidades encontram-se afastadas das cidades e grandes centros, o que tem dificultado seu estudo por serem em sua maioria de difícil acesso, gerando assim um isolamento e impossibilitando realização de trabalhos de campo como o estudo de meio, uma vez que os estudos destes locais de memória permitem compreender o passado escravista e suas consequências culturais e sociais que refletem ainda no presente.

REFERÊNCIAS

ARENZ, Karl Heinz. **O PRIMEIRO QUILOMBO RECONHECIDO: A COMUNIDADE BOA VISTA E OS MISSIONÁRIOS DO VERBO DIVINO NO ALTO TROMBETAS EM ORIXIMINÁ, PARÁ, 1980-1995.** Disponível em: http://periodicos.ufam.edu.br/Canoa_do_Tempo/article/view/4870/4207. Acesso em 01/03/2019

BACABAL. **Lei Orgânica do Município de Bacabal**. Promulgada em 13 de março de 1990. Disponível em: http://www.bacabal.ma.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio/view. Acesso em: 28/02/2019

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 27/02/2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 27/02/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Último acesso em: 01/11/2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01/11/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História**. Brasília, 1998.

GRUNNBERG, Evelina. **MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Brasília-DF: IPHAN, 2007.

Lei Orgânica do Município de Bacabal. Promulgada em 13 de março de 1990. Disponível em: http://www.bacabal.ma.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio. Acesso em: 28/02/2019

LEVANTAMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 27/02/2019.

MALTÊZ, Camila Rodrigues et al. Educação e Patrimônio: **O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural**. Disponível em: http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf. Acesso em: 01/11/2018.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA PERGUNTAS E RESPOSTAS. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf. Acesso em: 27/02/2019.

SANTOS, Maria Augusta Marinho et al**. As transformações ocorridas na comunidade quilombola de Piratininga**. Monografia apresentada ao curso de História da PUC-RIO. Bacabal-Ma, 2010.